

Acordo**Ulysses negocia acordo com chefe do SNI**

Da Sucursal de Brasília

Depois de uma manhã de conversações políticas que envolveram 40 minutos de diálogo com o general Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara dos Deputados, transmitiu uma palavra de ordem

—“Não devemos ter medo, mas não podemos ser temerários”— para sugerir que a aprovação dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney, com parlamentarismo, seria a melhor solução para a atual crise.

Ao retornar da conversa com o general Ivan, Ulysses foi indagado sobre qual seria o melhor argumento para converter os constituintes favoráveis a um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney em adeptos de um mandato de cinco anos: “É o voto pelo benefício do Brasil. O importante é abrir caminhos. Sou contra o impasse; a favor da transição democrática. A transição precisa caminhar.”

No Rio

Por telefone, Ulysses conversou, pela manhã, com o governador de São Paulo, Orestes Quércia. Mantém ainda outras “boas conversas”,

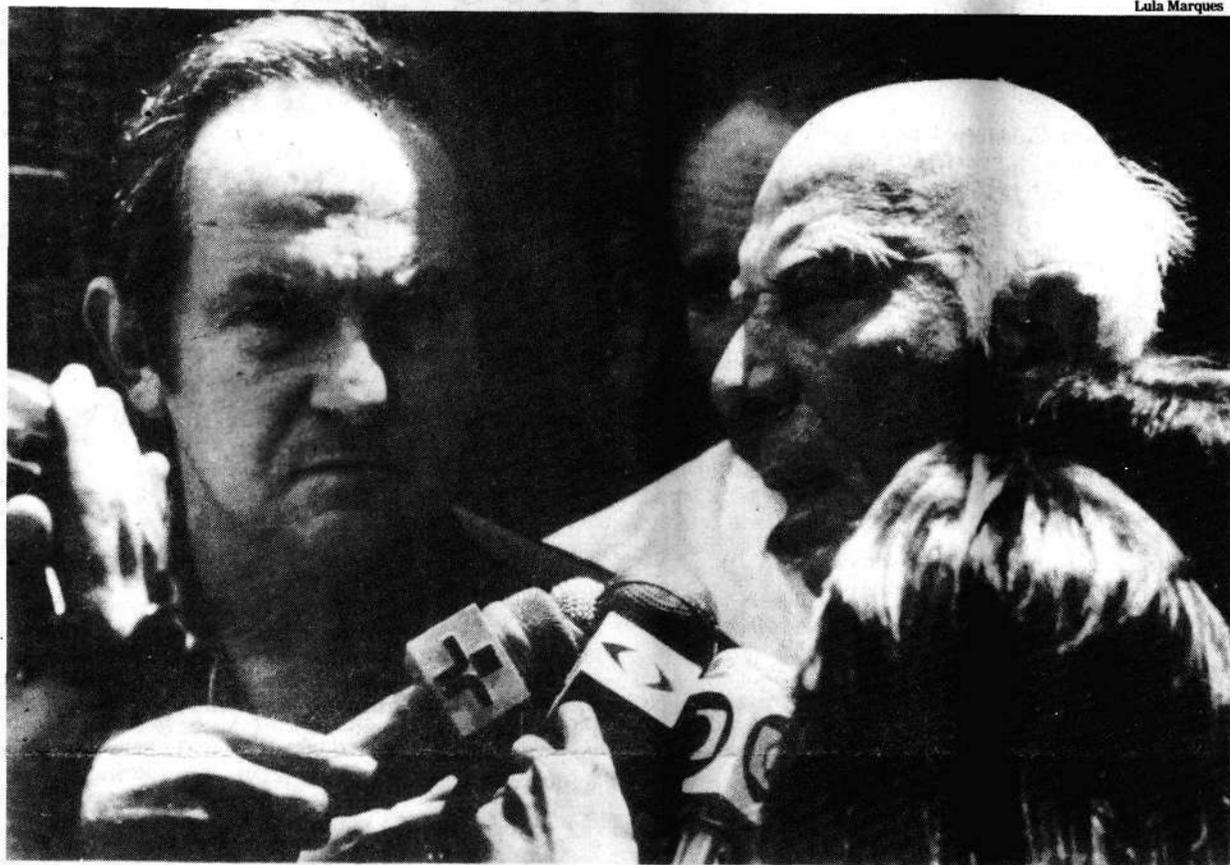
mas reuniu-se, em sua residência, apenas com o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição. Hoje, Ulysses viaja para o Rio de Janeiro, onde se encontra com o governador Moreira Franco e amplia as conversas sobre um acordo que viabilize a rápida aprovação do sistema de governo e do mandato de Sarney.

Ulysses negou-se a responder, durante entrevista em frente a sua residência, qual seria a melhor data para a implantação do parlamentarismo caso o plenário do Congresso constituinte aprove o sistema de governo.

Covas

Na noite de ontem, o senador Mário Covas (SP), líder do PMDB no Congresso constituinte, reuniria seu grupo para discutir as fórmulas que estão em negociação sobre sistema de governo e mandato. Até ontem, o grupo de Covas permanecia favorável a aprovação de um mandato de quatro anos.

A bancada do PMDB de Minas Gerais se encontra com Covas amanhã para “pregar bom senso” nas negociações, segundo o deputado Gil César, coordenador do grupo. Dos 37 integrantes da bancada, 22 aderiram ao parlamentarismo com cinco anos.



Os deputados Bernardo Cabral (PMDB-AM) e Ulysses Guimarães (PMDB-SP)

Sarney fala em presidencialismo ‘parlamentarizado’**Presidencialismo vence pesquisa****CLÓVIS ROSSI**

Enviado especial a Brasília

Nem presidencialismo com cinco anos nem parlamentarismo com cinco anos. A mais recente posição que o presidente José Sarney manifestou a importante interlocutor do mundo político, o senador Marco Maciel (PE), presidente do PFL, foi o presidencialismo “parlamentarizado”, sempre com cinco anos, que é, na prática, a única coisa de que o presidente não abre mão.

Essa idéia —expressa, de resto, em entrevista que o presidente concedeu há cerca de um mês— foi relançada em conversa na manhã de sexta-feira, horas antes de explodirem no governo duas posições absolutamente divergentes: a do ministro da Justiça, Paulo Brossard, que transmitiu aos presidentes dos quatro principais partidos da Constituinte a informação de que Sarney aceita qualquer sistema de governo; e a dos ministros Prisco Viana e Antônio Carlos Magalhães, no sentido de que o presidente só aceita mesmo presidencialismo com cinco anos.

Essa barragem de informações contraditórias saída das entranhas do próprio governo tem uma expli-

cação fácil: os homens que assessoram o presidente pensam, também, em função de seus interesses pessoais. Por isso, ministros como ACM, inimigo mortal do PMDB, bombardeia qualquer idéia de implantação do parlamentarismo, porque sabe que perderá o cargo se o parlamentarismo for implantado, já que o PMDB, majoritário no Congresso, tomará conta do governo.

Prisco Viana, embora peemedebista, é de recente incorporação ao partido e não foi assimilado o suficiente para preservar o emprego e o poder de fogo que tem hoje, se mudar o sistema de governo.

Já os ministros peemedebistas que acenaram com a negociação visando a implantação de parlamentarismo com cinco anos para Sarney (Brossard, Borges da Silveira, da Saúde, e, sem ir tão longe, mas pregando o entendimento, Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil) podem desempenhar papel importante em um futuro gabinete parlamentarista. Mais ainda se forem vitais para uma eventual negociação que leve à fórmula parlamentarismo / cinco anos.

O difícil, nesse fogo cruzado, é saber qual a real posição do presidente, até porque ela é mutável.

Maciel encontrou o presidente, na sexta-feira, muito mais próximo da conciliação pregada por Brossard pouco mais tarde, do que da agressividade de Prisco e ACM.

Como parlamentarizar

O senador Marco Maciel tem, até, algumas idéias sobre como “parlamentarizar” o presidencialismo, na hipótese de esse sistema de governo ser aprovado. Ele sugere, por exemplo, que o Congresso Nacional passe a ter a incumbência de aprovar a indicação de ministros de Estado e que as Comissões Parlamentares de Inquérito possam convocar ministros, em caráter de comparecimento obrigatório.

Como já foram aprovados, pelo Congresso constituinte, dispositivos que reforçam de maneira inédita na história republicana o papel do Congresso, o presidencialismo estaria suficientemente “parlamentarizado”, sem que o presidente perca a essência de seus poderes.

Maciel não se limita, entretanto, a conversar em torno da “parlamentarização” do presidencialismo. Depois da reunião de sexta-feira com o ministro Brossard, o presidente do PFL conversou informalmente com

constituintes de seu partido para saber a reação a uma eventual negociação que passe pela implantação do parlamentarismo com cinco anos para Sarney.

Resposta mais ouvida até agora: “O pessoal quer ver uma proposta concreta. Nós não vamos tomar a iniciativa.” A única iniciativa que Maciel admite tomar é a de propor uma negociação sobre como discutir e votar o sistema de governo. Ele acha que não se pode ir à uma votação tão importante sem “um entendimento prévio que preveja os passos seguintes”.

O senador pernambucano dá exemplos: se passar o presidencialismo, é preciso verificar como fortalecer o Congresso. Na hipótese inversa, é preciso acertar desde já “o que fazer para preservar a capacidade operativa do Executivo”.

Maciel mantém a posição que vem defendendo há tempos: presidencialismo com quatro anos para Sarney e rejeição de uma fórmula demasiadamente híbrida (“não se pode aprovar um sistema que não funcione”). Mas, se surgir a tal “proposta concreta” que os pefelistas de seu grupo solicitam, o senador libera a bancada para votar como quiser.

Da Sucursal do Rio

Pesquisa realizada anteontem no centro do Rio pelo Centro Pró-Memória da Constituinte registrou um índice de 55,24% de apoio ao sistema presidencialista e 38,2% ao parlamentarista. A pesquisa foi feita entre 11h e 17h em frente à sede do Centro, na avenida Rio Branco, e foram ouvidas 840 pessoas, sendo que 176 eram mulheres e 606 homens. Em novembro do ano passado, pesquisa semelhante e feita com 384 pessoas tinha registrado 51% de preferência pelo presidencialismo e 49% para o parlamentarismo.

Outros sistemas

Na pesquisa de sexta-feira, 27 pessoas (3,2%) disseram que preferiam outros sistemas de governo, citando anarquismo, comunismo e monarquia; sete dos entrevistados (0,8%) disseram que preferiam uma ditadura; e 21 (2,5%) se confessaram desesperançados e disseram que preferiam qualquer forma de governo, desde que não fosse corrupto. O Centro Pró-Memória da Constituinte é uma entidade ligada à Fundação Nacional Pró-Memória, do Ministério da Cultura.